



Comissão CIA esteve em Portugal para ouvir Ministro dos Negócios Estrangeiros

Carlos Coelho chefiou esta **Missão** e ouviu explicações do **MNE Luís Amado** e de responsáveis do **SEF, INAC e NAV**.

Reuniu-se também com os **partidos** na **Assembleia da República** e ainda com dois **jornalistas** que fizeram investigações sobre o tema.



desenvolvimento na pág. 3

Verdade e Justiça

Embora isso pareça estranho a alguns, o que **estamos a tentar saber é a verdade** sobre as alegadas acções da CIA na Europa. Qual a verdade por detrás das alegações? O que efectivamente se passou? O que foi autorizado e o que é abuso?

No plano dos valores está em causa a **defesa dos Direitos Humanos**. Nesta matéria **não podemos andar a fingir**. Se assinamos Convenções Internacionais, aprovamos Constituições e Leis e reclamamos que somos civilizados estabelecendo comparações com outros cantos do Globo, tem de ser mesmo a sério.

Ninguém pode ser detido ou preso à socapa, enviado para uma prisão secreta, **submetido a tortura** e feito **desaparecer da face da Terra**. Nas nossas sociedades, os detidos **são-no por força da Lei e ao abrigo da Lei**, respondem perante um Tribunal e têm direito a um advogado.

Negar isto é negar direitos básicos e entregar a dignidade da pessoa humana à brutalidade das operações secretas e à discricionariedade das forças de segurança. Querer apurar se houve abusos e quem foram os responsáveis é um **imperativo de justiça**.

Querer saber se somos capazes, em Portugal e na Europa, de fazer respeitar a nossa soberania **é uma questão de dignidade**.

E sou daqueles que acham que esta é, também, uma questão importante...

Carlos Coelho

Fim das Quotas Leiteiras ?

Duarte Freitas obriga Comissária a responder no Plenário do Parlamento Europeu

desenvolvimento na pág. 2

Reestruturações de empresas na UE

Silva Peneda identifica “*novo fenómeno*” que está a surgir na Europa

desenvolvimento na pág. 5

Comissão Europeia desmente Sócrates

Défice não ficará abaixo dos 3 % em 2008 ao contrário do que afirmou o Primeiro Ministro José Sócrates

desenvolvimento na pág. 8



Marianne Fisher Boel esteve no PE para dar explicações

Duarte Freitas diz “NÃO” ao fim das quotas leiteiras



Depois de a Comissária Europeia da Agricultura Marianne Fisher Boel, no Conselho Informal de Oulu a 26 de Setembro, ter afirmado que “o sistema de quotas leiteiras parecia cada vez mais arcaico, devendo ser questionado e examinado”, um representante da Comissão Europeia, veio afirmar que a partir de 2008/2009, poderíamos assistir a alterações no sistema de quotas leiteiras ainda antes de 2015.

Face às perturbações que estas afirmações provocaram no sector um pouco por toda a Europa, por iniciativa do **Deputado Europeu do PSD Duarte Freitas**, foi chamada ao Parlamento Europeu a **Comissária Fisher Boel**.

Nos seus esclarecimentos, a Comissária comprometeu-se a apresentar um Relatório sobre o Mercado Leiteiro em 2007, **admitindo alterações a partir de 2008 para preparar uma possível supressão em 2015**. A Comissária disse que “**o sistema de quotas é cada vez menos adequado**” e que o mais correcto “**é um sistema sem quotas leiteiras**” referindo ainda que “**se nada se fizer o sistema termina abruptamente em 2015**” e que “**tem de haver uma aterragem suave**” o que

dá claras indicações que temos de estar cada vez mais atentos e lutar, desde já, contra o início de um *phasing out* anterior a 2015.

Duarte Freitas disse que “**é fundamental afirmar politicamente que a União Europeia terá de ter em consideração as consequências sociais e económicas que uma alteração pode provocar nas regiões mais dependentes do leite e em particular naquelas onde não existem alternativas produtivas no médio prazo, como é o caso dos Açores.**”

Tendo em conta que o Relatório referido pela Sra. Comissária está já em elaboração, **Duarte Freitas**, defendeu que “**é urgente que**



Duarte Freitas defende quotas leiteiras

as autoridades e os agentes económicos portugueses sigam de perto a preparação deste documento, tentando influenciar o seu conteúdo no sentido de protelar ao máximo eventuais alterações ao sistema de quotas leiteiras e de salvaguardar os nossos interesses”.

A propósito do OE para 2007 Duarte Freitas acusa

“Governo acentua estrangulamento ao sector das Pescas”



Os fluxos financeiros públicos, nacionais e comunitários e as medidas de intervenção estrutural do **Fundo Europeu para as Pescas** assumem-se como a **última esperança para salvar a pesca nacional de um cenário cada vez mais negro**.

No entanto, a eficácia de utilização destes instrumentos financeiros depende em larga medida da orientação política e financeira que lhes é atribuída pelos Governos dos Estados-Membros.

A gestão do **IV Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para o período de 2007-2013** no que diz respeito às pescas envolve dois documentos fundamentais: **O Plano Estratégico Nacional para as Pescas** e a **programação financeira do PIDDAC** relacionada com o sector.

Segundo **Duarte Freitas** “**não tendo apoiado como deveria a frota no passado muito recente, quando todos os países comunitários o fizeram, o Governo parece apostado**

em continuar a desprezar o sector das Pescas”. A programação financeira plurianual prevista no PIDDAC “**é catastrófica para o sector das pescas e decerto irá acentuar ainda mais a já de si muito tensa relação entre a Fileira e a Tutela.**”

“**A falta de verbas colocadas à disposição do sector nos 3 primeiros anos deste novo QCA poderá mesmo conduzir à extinção de grande parte da nossa frota.**”

Sobre os alegados voos da CIA em Portugal

Carlos Coelho ouve finalmente esclarecimentos de Luís Amado



A **Comissão TDIP** do Parlamento Europeu, presidida pelo **Deputado do PSD Carlos Coelho**, deslocou-se a 5 e 6 de Dezembro a Portugal no âmbito de uma Missão destinada a obter esclarecimentos por parte das autoridades portuguesas sobre as alegadas práticas da CIA no nosso país.

Da agenda constaram encontros com o **Ministro dos Negócios Estrangeiros**, Luís Amado, com os **Grupos Parlamentares** com assento de Assembleia da República, com representantes do **Instituto Nacional de Aeronáutica Civil** - INAC, da **Navegação Aérea Portuguesa** - NAV, e do **Serviço de Estrangeiros e Fronteiras** - SEF.

Teve também lugar uma reunião com dois jornalistas do semanário Expresso que publicaram investigações relacionadas com o objecto dos trabalhos desta Comissão.

Depois de vários incidentes e falta de colaboração do Governo português, num processo que **Carlos Coelho** havia chamado de **“tíbutante”**, finalmente o MNE Luís Amado acedeu a receber a Comissão do Parlamento Europeu que está a investigar as alegadas acções ilegais da CIA na Europa.

Nesta reunião com os Eurodeputados, o MNE português afirmou

que todos os indícios que recolheu *“apontam para a inexistência da participação de Portugal - ou, pelo menos, do conhecimento das autoridades portuguesas em qualquer acto ligado aos voos que transportaram ilegalmente prisioneiros”*.

No final dos trabalhos **Carlos Coelho** declarou à imprensa que não conseguiu obter **“provas evidentes de violação à lei nos voos, e que para uma investigação rigorosa seria necessário conhecer a lista com a identidade dos passageiros”**.

O Eurodeputado congratulou-se, por isso, com a entrada em vigor a 13 de Outubro do código de regulamento de fronteiras comunitário que torna obrigatória a lista de passageiros dos voos civis regulares - os táxis aéreos.

“Não consegui obter provas evidentes de violação à lei nos voos, nem a lista com a identidade dos passageiros”

Carlos Coelho adiantou ainda que **“O ministro diz que não está em condições de fornecer à comissão alguns elementos complementares, nomeadamente as listas de passageiros, uma vez que segundo o próprio isso constituiria uma violação da lei portuguesa”**.

A terminar Carlos Coelho disse ainda que **“a maioria dos Estados-Membros não colaborou, tendo o Conselho ocultado informação e truncado documentos ao contrário da Comissão Europeia que colaborou de forma positiva com o Parlamento Europeu”**.



“A maioria dos Estados-Membros não colaborou com a Comissão”

Acordo nas Pescas entre a UE-Cabo Verde

Parlamento Europeu aprova Relatório de Duarte Freitas



Na Mini-Sessão plenária do Parlamento Europeu, que decorreu de 28 a 29 de Novembro em Bruxelas, foi aprovado o **Relatório do Deputado do PSD Duarte Freitas relativo ao novo acordo de parceria na área das pescas entre a União Europeia e Cabo Verde**. O objectivo principal do novo Acordo de Parceria é

reforçar a cooperação entre a Comunidade Europeia e a República de Cabo Verde, por forma a favorecer o estabelecimento de um quadro de parceria para o Desenvolvimento de uma **Política de Pesca sustentável** e uma exploração responsável dos recursos haliêuticos na zona de pesca cabo-verdiana.

O novo Acordo pretende integrar investimentos europeus em Cabo Verde, promover o desenvolvimento da economia cabo-verdiana, garantir a vigilância dos mares do Arquipélago e

a integração do pessoal cabo-verdiano nas frotas europeias.

Segundo Duarte Freitas *“esta parceria prevê que seja incentivada a **cooperação económica, científica e técnica** no sector das pescas e nos sectores conexos e pressupõe o pagamento de uma contrapartida financeira por parte da União Europeia de 385 mil euros/ano durante os próximos cinco anos num total de quase **2 milhões de euros**.”*

O presente Acordo é renovável por períodos

suplementares de cinco anos. É acompanhado de um protocolo em anexo que fixa, para o período compreendido entre 1 de Setembro de 2006 e 31 de Agosto de 2011, as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria, assim como as condições do exercício da pesca na zona de pesca de Cabo Verde por navios da Comunidade.

Visite:
www.duarte-freitas.org

Modulação voluntária das verbas da PAC

Eurodeputados contrariam vontade de Ministro da Agricultura português



A Comissão Europeia propôs um esquema de modulação voluntária dos pagamentos directos da PAC até 20% para o segundo pilar da PAC (desenvolvimento rural). Ou seja, propõe que os Estados Membros escolham se querem ou não transferir verbas comunitárias destinadas

aos pagamentos directos aos agricultores para o bolo nacional do desenvolvimento rural que é controlado pelo ministério da agricultura. Os Estados Membros que escolham proceder a modulação podem fazê-lo até 20% do total dos pagamentos directos.

Uma situação deste género, de natureza voluntária, acarreta um **problema sério de concorrência uma vez que os agricultores dos países que escolherem fazer modulação receberão menos e portanto competirão com produtos mais baratos no mercado vindos de países onde não se efectua modulação**. Diferenças

também existirão entre os países moduladores, conforme a percentagem de **modulação** que cada um escolher.

O **Ministro português da agricultura, Jaime Silva avançou desde logo que Portugal escolherá fazer modulação e logo no máximo de 20%**. Muitos poucos outros países decidiram fazer modulação. Segundo **Duarte Freitas “Os agricultores portugueses ficariam assim em desvantagem no mercado europeu e os 20% que lhes eram destinados ficarão no cofre do Ministério da Agricultura que poderá fazer o que bem entender no**

quadro do desenvolvimento rural e do seu leque muito abrangente de medidas, acusando ainda o Governo português de querer **“de forma encapotada financiar o OE 2007 à custa dos já de si sacrificados agricultores.”**

Esta intenção de Jaime Silva é ridícula pois Portugal teve uma das piores taxas de aproveitamento das verbas para o desenvolvimento rural em 2005.

O PE, apesar de apenas em processo de consulta, votou contra esta proposta da Comissão.

A propósito da recente reestruturação da VW

Silva Peneda preocupado com novo fenómeno nas deslocalizações de empresas



Num debate que recentemente teve lugar no PE sobre as “Consequências socio-económicas das reestruturações de empresas do sector automóvel na Europa” o Deputado do PSD **Silva Peneda** identificou um fenómeno que é motivo de preocupação para o mercado europeu.

Os mais recentes acontecimentos em torno do despedimento de cerca de 4 mil trabalhadores de uma fábrica da VW na Bélgica fizeram soar o alarme para um novo tipo de deslocalizações. Segundo o Deputado **Silva Peneda** “pela primeira vez deslocam-se recursos para um país com mais

altos custos de produção e com menor flexibilidade laboral.”

Contrariando também a economia de mercado, um dos princípios fundamentais da União Europeia, “ao transferir duas linhas de montagem para uma fábrica na Alemanha, está-se também a esquecer o maior

“pela primeira vez deslocam-se recursos para um país com mais altos custos de produção e com menor flexibilidade laboral”

índice de produtividade da fábrica belga em relação à alemã em causa” como revela a própria empresa. “Mais uma vez consta-se que o mercado não foi relevante para esta decisão. Os interesses entre patrões e sindicatos de determinado país em

prejuízo de outro é que foram determinantes” afirmou o Deputado português.

Nesta situação, na opinião de **Silva Peneda**, verificou-se “um novo factor no problema das deslocalizações. Os acordos dos sindicatos mais fortes com as entidades patronais, levaram a uma manutenção, ou mesmo aumento, dos postos de trabalho no centro à custa de despedimentos na periferia”.

Este novo fenómeno é surpreendente ao ponto de “trabalhadores da mesma empresa, mas em funções em países diferentes, terem deixado de revelar qualquer tipo de solidariedade entre eles, passando sim a haver competitividade entre sindicatos e entre trabalhadores pelos postos de trabalho.”

Silva Peneda concluiu afirmando que “Perante tal prática, não posso de deixar de manifestar o



Silva Peneda preocupado com situação da Autoeuropa

meu receio em relação ao futuro da unidade fabril da VW de Palmela, em Portugal, que, a acontecer algo de semelhante, obrigará a que se pense seriamente na forma de impedir que um mero grupo de interesses se sobreponha ao normal funcionamento das regras de mercado. “

“deixou de haver solidariedade entre sindicatos e passou a haver competição pelos postos de trabalho”

Plano de Acção UE 2006-2007 para as pessoas com deficiência

Silva Peneda acusa Governo socialista de ser insensível aos problemas dos deficientes

A propósito do debate sobre o “Plano de Acção Europeu 2006-2007 para as pessoas com deficiência” o Deputado **Silva Peneda** criticou duramente a acção do governo português lamentando que “em Portugal, o governo socialista siga exactamente pelo caminho oposto ao defender no orçamento de Estado 2007

um agravamento fiscal das pensões por incapacidade auferidas pelas pessoas com deficiência, assim como uma diminuição dos benefícios fiscais.”

Em sentido oposto o Deputado do PSD lembrou que felizmente temos assistido na UE “a uma tendência para a eliminação gradual de muitas

formas de discriminação com que os deficientes se confrontam.”

Segundo **Silva Peneda** “Em matéria de emprego, as principais limitações que sofrem os trabalhadores deficientes prendem-se com os preconceitos das entidades patronais, o acesso às tecnologias da

informação e comunicação, assim como na utilização dos meios de transporte público para as suas deslocações ao local de trabalho. A principal consequência destas barreiras físicas causa o elevado nível de desemprego junto destes trabalhadores” concluiu **Silva Peneda**.

Missão de observação do Parlamento Europeu

Sérgio Marques em Missão de observação das eleições presidenciais na Venezuela



Venezuela:
26 Milhões de habitantes dos quais 43 por cento vivem em condições de pobreza

O Deputado do PSD Sérgio Marques integrou uma delegação do Parlamento Europeu que se deslocou à Venezuela para observar as eleições presidenciais venezuelanas, que se realizaram a 3 de Dezembro último.

A visita surgiu na sequência de um convite das autoridades de Caracas para observar o processo eleitoral venezuelano. A ocasião constituiu também

uma oportunidade para encontros com os candidatos às eleições e representantes de todas as forças políticas, bem como para visitar círculos eleitorais.

No dia 2 os Deputados tiveram reuniões com o principal candidato da oposição Manuel Rosales, não tendo sido possível efectuar semelhante encontro com o candidato e actual Presidente Hugo Chavez.

Tiveram também lugar encontros com o Presidente do Tribunal Supremo de Justiça, Dr. Ivan Mora, Chefe do Comando Unificado das Forças Armadas (Cufan), e com o Presidente da Comissão Eleitoral venezuelana.

“o que se destaca é a enorme vontade de participar”

Esta delegação fez parte da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (MOE-UE) na Venezuela em 2006, presidida pela

eurodeputada italiana Monica Frassoni, na qual também participaram membros da Comissão Europeia e do Conselho da União Europeia.

“não é por acaso que não há nenhum político local que não preste atenção à nossa comunidade”

O actual Presidente Hugo Chávez foi reeleito por mais um mandato de seis anos à frente da Venezuela, um país com 26 milhões de habitantes dos quais 43 por cento vivem na pobreza.

Sérgio Marques, Deputado europeu do PSD destacou a importância da comunidade portuguesa e a sua “significativa relevância na vida política, económica e social venezuelana” (...) “não é por acaso que não há nenhum político local que não preste atenção à nossa comunidade”.



Sérgio Marques salientou a “significativa relevância da comunidade portuguesa na vida política, económica e social venezuelana”

Segundo Sérgio Marques “a votação decorreu de forma calma e com grande afluência às urnas” (...) “o que se destaca é a enorme vontade de participar, pois há filas longuíssimas em muitas mesas de voto”.

Sérgio Marques questiona Comissão Europeia sobre ligações aéreas internas E pede apoio para financiar transporte aéreo entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo

O Deputado Sérgio Marques, preocupado com as dificuldades do operador aéreo que assegura há mais de uma década as ligações aéreas internas entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo e que poderá abandonar no final do ano 2006 a rota inter-insular devido a elevados prejuízos,

colocou algumas questões à Comissão no sentido de obter financiamento que permita manter esta importante rota a funcionar.

Sérgio Marques perguntou “que solução aponta a Comissão como a mais adequada para servir os interesses da população do Porto Santo e da sua

actividade turística?” e ainda “que tipo de auxílios ao transporte aéreo entende a Comissão serem os adequados para tornar minimamente atractiva a exploração da rota em questão?”

A Comissão já antes havia afirmado que, no que se refere aos activos móveis

de transporte, esta “poderá adoptar uma posição de abertura tendente a autorizar o seu co-financiamento, limitado aos activos afectados exclusivamente às ligações no interior das regiões ultraperiféricas e entre as regiões ultraperiféricas da mesma zona geográfica”.

Vamos saber mais sobre:

REACH - Regulamento de Produtos Químicos

O REACH é o regulamento que fará o **Registo, Avaliação e Autorização das substâncias químicas colocadas no mercado europeu e que cria a Agência Europeia dos Produtos Químicos.**

Pelas suas implicações aos níveis da Competitividade e Inovação, Saúde, Ambiente e Sociedade, esta tornou-se numa das reformas mais polémicas dos últimos tempos, por ter uma transversalidade que levou a uma grande participação dos mais variados sectores da indústria, consumidores e ambientalistas.

O **REACH** pretende vir a **colmatar lacunas existentes no conhecimento de que dispomos actualmente sobre os químicos**

existentes no mercado. Dos cerca de **100.000 produtos químicos que se estima existirem, apenas são conhecidos perto de 3.700.** Espera-se que este regulamento venha dar a conhecer as características dos cerca de 30.000 que são produzidos ou importados para a Europa em quantidades superiores a 1 ton/ano.

Para cada substância será efectuado um registo. Para tal, o produtor ou importador de uma substância ou artigo que pretenda comercializar na Europa, deverá registá-la ou a todas as substâncias que esse produto contenha. A comercialização de artigos que contenham substâncias perigosas (cancerígenas, mutagénicas, tóxicas para a reprodução, etc) será sujeita a uma avaliação e consequente autorização ou restrição da

sua colocação no mercado. No final de todo este processo a opinião generalizada é de que **foi encontrado um meio-termo** entre as vontades da Indústria e dos Ambientalistas.

A Autorização continua a ser considerada muito exigente pelas empresas e o Registo demasiado brando pelos ambientalistas. Se a protecção dos cidadãos, através de uma aplicação mais eficaz do princípio da substituição, poderia ter sido mais efectiva, ficou pelo menos garantida a substituição, ainda que mediante a apresentação de um plano que deverá dar à indústria europeia tempo suficiente para se adequar à mudança, minimizando os efeitos negativos que possa ter na sua competitividade. A apresentação de um plano de Investigação pode ser, a



longo prazo, um trunfo ao tornar a indústria Europeia mais competitiva por ser pioneira na utilização de substâncias mais seguras. No futuro o REACH poderá servir como um rótulo de qualidade e inocuidade dos produtos europeus, que se espera que venha a ser adoptado em todo o mundo.

Os primeiros sinais dessa vontade começam a surgir, nomeadamente, nos EUA com o "Toxic Substances Control Act" na Califórnia e o "SAICM - Strategic Approach to International Chemicals Management" da ONU.

Nuno Brito - Gabinete GEPSD

REACH: Perguntas e Respostas

Quais e quantas são as substâncias sujeitas ao REACH?

A Comissão Europeia estima que cerca de 30 mil substâncias existentes no mercado, sobre as quais existe um conhecimento insuficiente, ou desconhecimento total, serão registadas nos próximos 11 anos. Do REACH ficaram isentas todas as substâncias que ocorrem naturalmente no Meio Ambiente, como alguns óleos, ácidos gordos, minerais, gás natural, petróleo bruto e carvão. Ficaram também isentos os resíduos, pilhas e acumuladores, ferro, celulose, vidro, gases nobres, óleos animais e vegetais, metais, pesticidas, cosméticos, e todos os outros que dispõem de legislação específica.

Como funciona o Registo?

A informação que deve ser apresentada para cada produto é variável. A exigência do Registo é tanto maior quanto maior for a quantidade da substância produzida/importada por ano.

Como funciona a Autorização?

A autorização pede-se para um uso específico de uma substância considerada de alto risco, (Carcinogénicas, Mutagénicas, Tóxicas para a Reprodução, Persistentes, Bio-acumulativas e Tóxicas). Cada proponente ao registar uma substância destas categorias deverá apresentar uma análise das alternativas disponíveis, e caso alguma se revele mais segura e viável técnica e economicamente, apresentar um plano de substituição. Caso não seja encontrada uma alternativa adequada à substância perigosa,

o proponente deverá apresentar um plano de investigação. A autorização será concedida por um prazo de tempo determinado caso-a-caso e coerente com o plano apresentado.

Que medidas foram tomadas para diminuir a burocratização e os custos para as empresas?

Os custos relacionados com o Registo e com os testes que lhe dizem respeito deverão ser partilhados ao longo do tempo pelas empresas que pretendam registar o mesmo produto químico. Ficou prevista uma obrigação geral de partilhar os dados dos registos, para evitar a repetição desnecessária de testes.

Irá aumentar a quantidade de testes em animais?

Foram tomadas medidas para assegurar que será realizado o

menor número de testes possível em animais. Ficou prevista a obrigatoriedade de partilha de dados de todos os testes que envolvam essas experiências. Serão apenas permitidos se não existirem ainda métodos alternativos para o mesmo efeito.

Como é que os consumidores vão conhecer os benefícios do REACH?

A informação sobre cada substância registada pode ser transmitida via Internet, etiquetas e rótulos com a finalidade de manter os clientes, consumidores ou outras partes interessadas devidamente informadas. Ficou também prevista uma avaliação pela Comissão Europeia das vantagens da criação de uma marca Europeia de qualidade para produtos registados.

Perspectivas de Outono para a Economia Europeia

Comissão Europeia desmente números de José Sócrates



“a divergência entre Portugal e a média da União Europeia acentuou-se, Portugal voltou a crescer abaixo da média UE”

Apesar de um melhor ambiente para a actividade económica no primeiro semestre de 2006, a **divergência entre Portugal e a média da União Europeia (UE) acentuou-se**, uma vez que **Portugal voltou a crescer abaixo da média UE**. Segundo as projecções da Comissão Europeia (CE), o PIB crescerá cerca de 2.4% na UE para 2007/08, enquanto na zona euro (ZE) este crescimento será de 2.1% em 2007 – 1.5% para Portugal – e 2.2% em 2008 – 1.7% para Portugal, **acentuando a divergência real entre Portugal e a UE**.

Se, em 2004, Portugal apresentava um PIB per capita de 72.3% da média UE25, o que correspondia à 17ª posição entre os 25 Estados membros (EM), as previsões da CE para 2008 atiram Portugal para a 19ª posição, atrás da República Checa e da Estónia, com um valor de 64.4% da média UE25.

A CE afirmou também no seu mais recente relatório que **as presentes políticas não conduzirão a um défice abaixo dos 3% do PIB para 2008, contrariamente àquilo que o Governo tem vindo a defender** e que foi reafirmado no Relatório do 1º ano de Execução da Estratégia de Lisboa (PNACE), apresentado em Outubro último. Esta análise reflecte os **desequilíbrios da economia portuguesa**.

“Portugal continuará a marcar passo”

A sustentabilidade das finanças públicas, devido ao lado da despesa e ao envelhecimento da população, a promoção do crescimento económico, o aumento da competitividade e da produtividade do trabalho – um dos piores registos de entre os EM da ZE –, são os desafios que

“as presentes políticas não conduzirão a um défice abaixo dos 3% do PIB para 2008, contrariamente àquilo que o Governo tem vindo a defender”



Portugal enfrenta. Assim, sem uma **consolidação orçamental**, uma reforma da administração pública e uma aposta no aumento da competitividade e eficiência do mercado, baseados numa aposta em I&D e inovação, na qualificação dos recursos humanos e do emprego e na sustentabilidade da coesão territorial e ambiental, Portugal continuará a marcar passo.

Luís Faria - Gabinete GEPSD

Os Nossos Deputados

João de Deus Pinheiro

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail:

Joao.Pinheiro@europarl.europa.eu

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail:

Vasco.GracaMoura@europarl.europa.eu

Maria Assunção Esteves

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail:

Assuncao.Esteves@europarl.europa.eu

José Silva Peneda

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail:

Jose.SilvaPeneda@europarl.europa.eu

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail:

Sergio.Marques@europarl.europa.eu

Duarte Freitas

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail:

Duarte.Freitas@europarl.europa.eu

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail:

Carlos.Coelho@europarl.europa.eu

Carta da Europa

Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho

Redacção: Duarte Marques
Sandra Nunes

Imagem: Julio Pisa

Visite

www.psdeuropa.org